INFORMATIVO PERIÓDICO

Panorama Econômico

SETEMBRO/2018.

N01 – Edição 1/2018

DOCENTES EXTENSIONISTAS RESPONSÁVEIS:

Prof. Dr. Cristiano Monteiro da Silva
Prof. Dr. Izaias de Carvalho Borges

Introdução

No Brasil, um ciclo de crescimento econômico de curto prazo só é forte quando o aumento de aspectos constituintes da produção nos principais setores da Indústria se combina com o posicionamento de outros setores produtivos, por exemplo, do Agronegócio e suas exportações com as decisões da demanda agregada, neste caso, em especial, do sistema financeiro, via expansão do crédito para o consumo das famílias. Esse é um dos conceitos abstratos fundamentais que norteia a análise da situação econômica e as principais tendências do crescimento no país.

Óbvio que o crescimento econômico também pode ser influenciado por outras atividades produtivas, por exemplo, o Agronegócio e suas exportações, porém, defende-se que um nível de crescimento originário deste setor não é capaz de sustentar o sistema econômico se não for combinado com as principais cadeias produtivas.

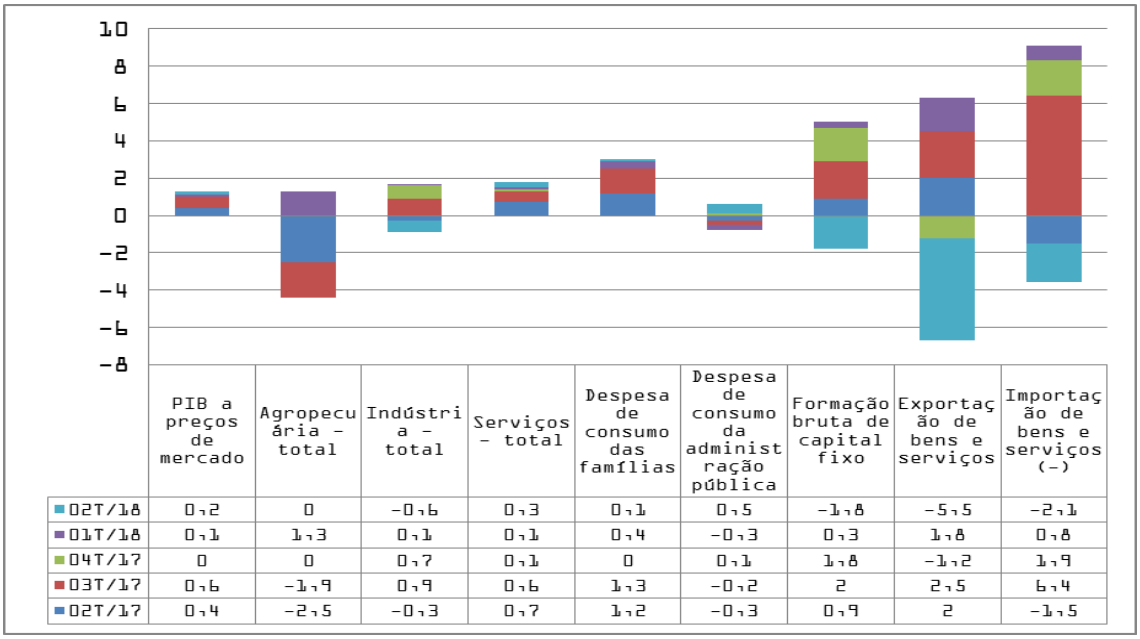
Este boletim cumpre o objetivo central de oferecer um ponto de vista sobre a situação e a dinâmica da economia brasileira. A questão maior é que para tal feito faz-se uso de método que estuda as conexões entre a condição estrutural, especialmente, em setores da Indústria de bens de produção e bens de consumo, sem perder de vista a dinâmica contraditória, tudo isso associado aos recentes fenômenos da economia política brasileira e mundial.

1. A situação econômica no Brasil

Em primeiro lugar, põe-se à vista o gráfico sobre a taxa trimestral do crescimento do PIB comparada ao trimestre imediatamente anterior,

envolvendo uma série que vai do primeiro trimestre de 2017 até o segundo trimestre deste ano. Como se pode ver, em linhas gerais, a dinâmica tem sido a de queda no nível de crescimento dos indicadores da oferta e da demanda agregada.

Gráfico 1. Evolução do PIB (taxa do trimestre contra o trimestre imediatamente anterior (%))

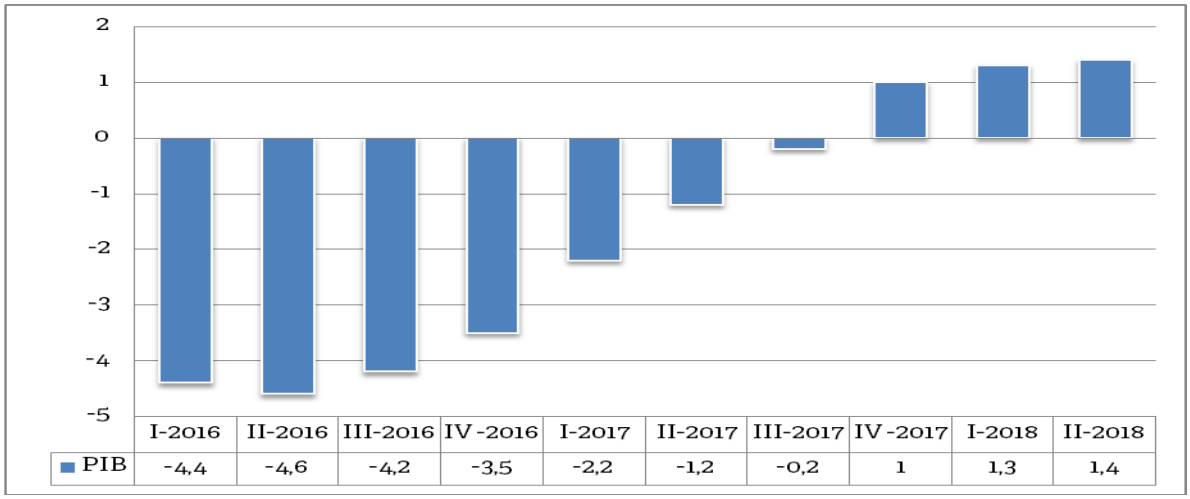


	PIB a preços de mercado	Agropecuária - total	Indústria - total	Serviços - total	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
02T/18	0,2	0	-0,6	0,3	0,1	0,5	-1,8	-5,5	-2,1
01T/18	0,1	1,3	0,1	0,1	0,4	-0,3	0,3	1,8	0,8
04T/17	0	0	0,7	0,1	0	0,1	1,8	-1,2	1,9
03T/17	0,6	-1,9	0,9	0,6	1,3	-0,2	2	2,5	6,4
02T/17	0,4	-2,5	-0,3	0,7	1,2	-0,3	0,9	2	-1,5

Fonte: IBGE – Contas nacionais trimestrais (2018)

O gráfico 2, por meio do indicador que considera a taxa acumulada dos quatro trimestres, revela a forte queda do PIB, no intervalo do primeiro trimestre de 2015 até o terceiro quartil de 2017; logo depois, no final deste ano e nos dois trimestres de 2018, observa-se a inversão que trouxe uma pequena recuperação do PIB, respectivamente, de 1%, 1,3% e 1,4%.

Gráfico 2. Evolução trimestral do PIB (taxa acumulada 4 trimestres)

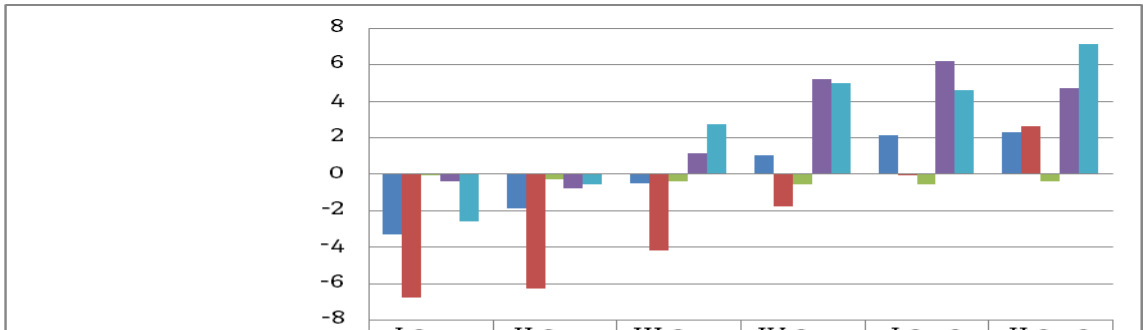


	I-2016	II-2016	III-2016	IV -2016	I-2017	II-2017	III-2017	IV -2017	I-2018	II-2018
PIB	-4,4	-4,6	-4,2	-3,5	-2,2	-1,2	-0,2	1	1,3	1,4

Fonte: IBGE – Contas nacionais trimestrais (2018)

Do ponto de vista da demanda agregada, tal como se vê no gráfico 3, o destaque é para a pequena recuperação do consumo das famílias e das exportações, mais forte no primeiro trimestre de 2018, sendo que este resultado influiu em certa medida no segundo trimestre deste ano.

Gráfico 3 – Evolução trimestral dos componentes da demanda do PIB (taxa acumulada 4 trimestres)



	I-2017	II-2017	III-2017	IV-2017	I-2018	II-2018
Consumo das famílias	-3,3	-1,9	-0,5	1	2,1	2,3
Investimentos	-6,8	-6,3	-4,2	-1,8	-0,1	2,6
Consumo do governo	-0,1	-0,3	-0,4	-0,6	-0,6	-0,4
Exportações	-0,4	-0,8	1,1	5,2	6,2	4,7
Importações	-2,6	-0,6	2,7	5	4,6	7,1

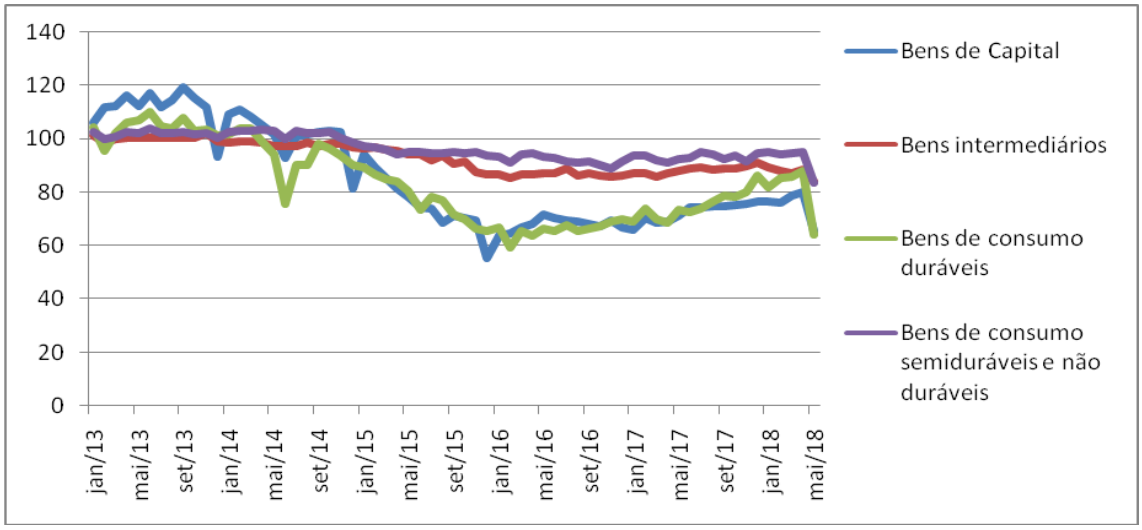
Fonte: IBGE – Contas nacionais trimestrais (2018)

A análise do PIB, sob a ótica da oferta, mostra pequeno crescimento da produção física de alguns setores da Indústria e do Agronegócio, com destaque para o primeiro trimestre deste ano. O nível de crescimento da produção física da Indústria foi muito influenciado pelas decisões de gastos dos setores de bens de consumo duráveis e máquinas e equipamentos e, no caso do Agronegócio, o destaque foi para a produção de soja e milho.

1.1 Produção física e empregos formais

O gráfico 4 mostra a evolução da produção física dos setores da Indústria de Transformação no país. Os setores de bens de produção e bens de consumo duráveis, entre o segundo semestre de 2014 e o final do ano de 2016, enfrentaram sucessivas quedas no produto, porém, a partir de 2017, verifica-se uma recuperação do crescimento. Diante do exposto, convém observar duas questões. A primeira é que a trajetória dos setores produtivos acima referidos possui pontos em comum com a evolução do PIB. Além disso, no período após o ano 2017, a dinâmica da produção física do setor de bens de consumo duráveis ficou acima do setor de bens de produção; à primeira vista, tal realidade denota um crescimento do PIB sem as conexões de gastos de investimentos.

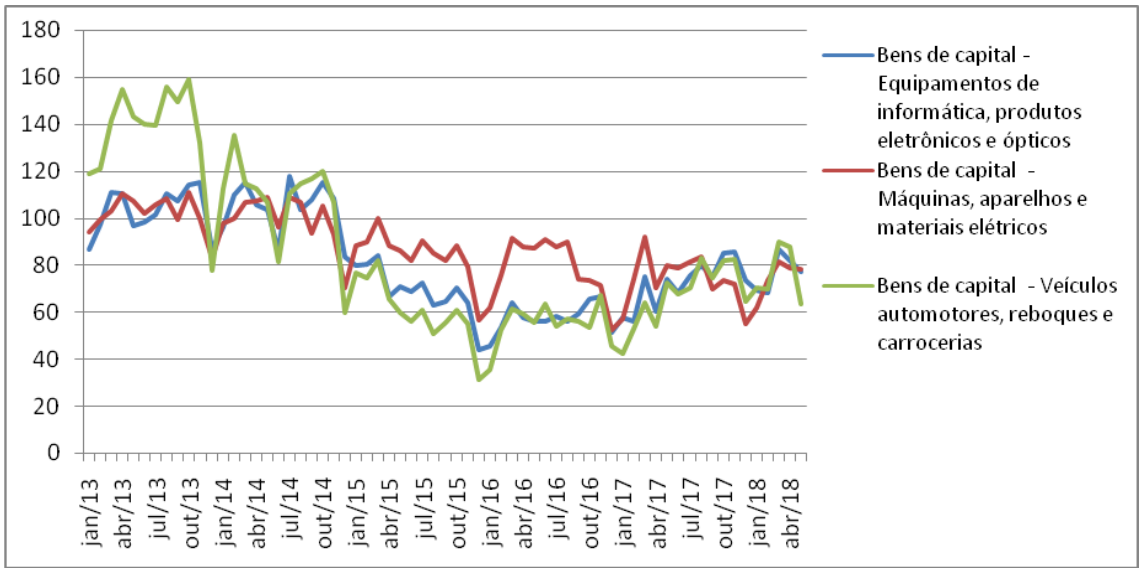
Gráfico 4. Índice da produção física de setores da Indústria no Brasil



Fonte: IBGE (2018)

O gráfico 5 oferece a vista das trajetórias da produção física das atividades ligadas ao setor de bens de produção. É relevante observar a trajetória de queda, no primeiro momento, e, depois, a fraca recuperação das atividades de bens de produção ligadas ao setor de veículos automotores, reboques e carrocerias.

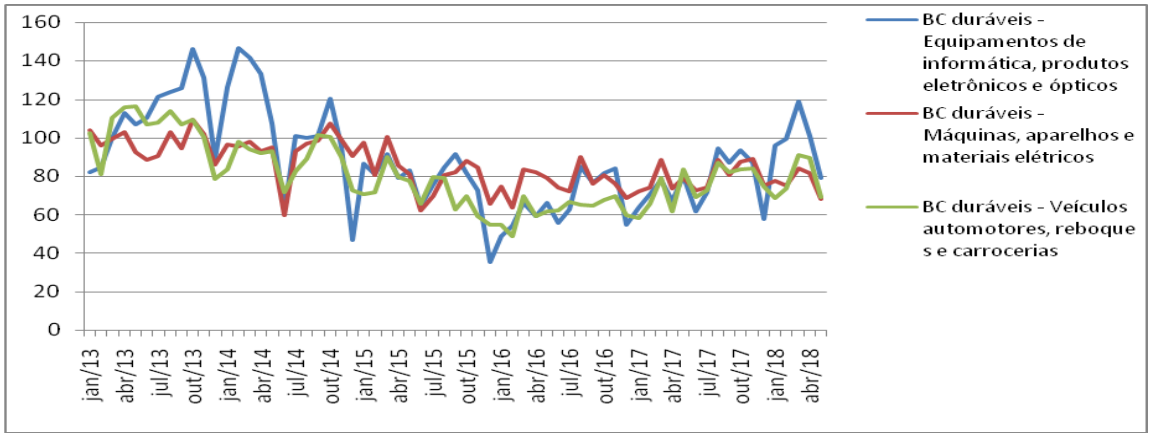
Gráfico 5. Índice da produção do setor de meios de produção por atividades



Fonte: IBGE (2018)

O próximo gráfico evidencia a evolução da produção física somente nos setores da Indústria de bens de consumo duráveis, no período de jan/2013 a abr/18. A linha verde dá a visão da queda da atividade produtiva de veículos automotores, reboques e carrocerias, de 2013 a 2016, e a pequena recuperação da produção deste setor, de lá até o período recente.

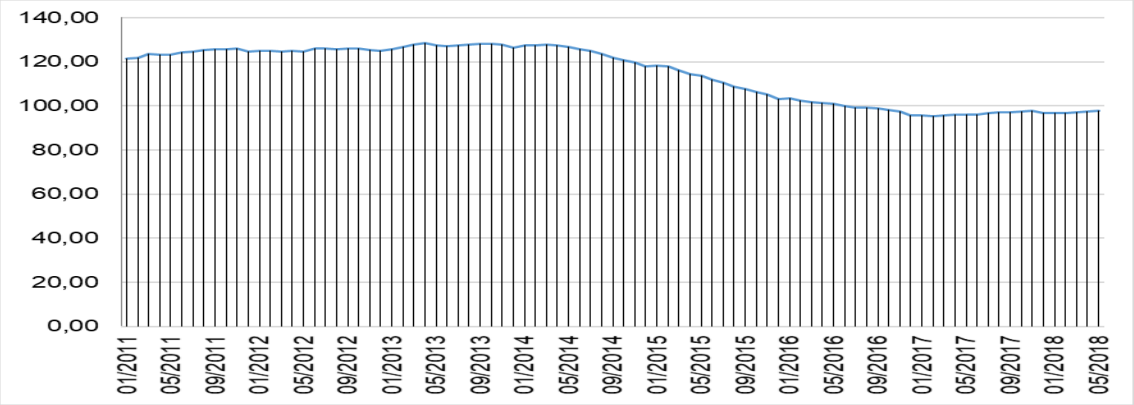
Gráfico 6. Índice da produção física do setor de meios de consumo duráveis por atividades



Fonte: IBGE (2018)

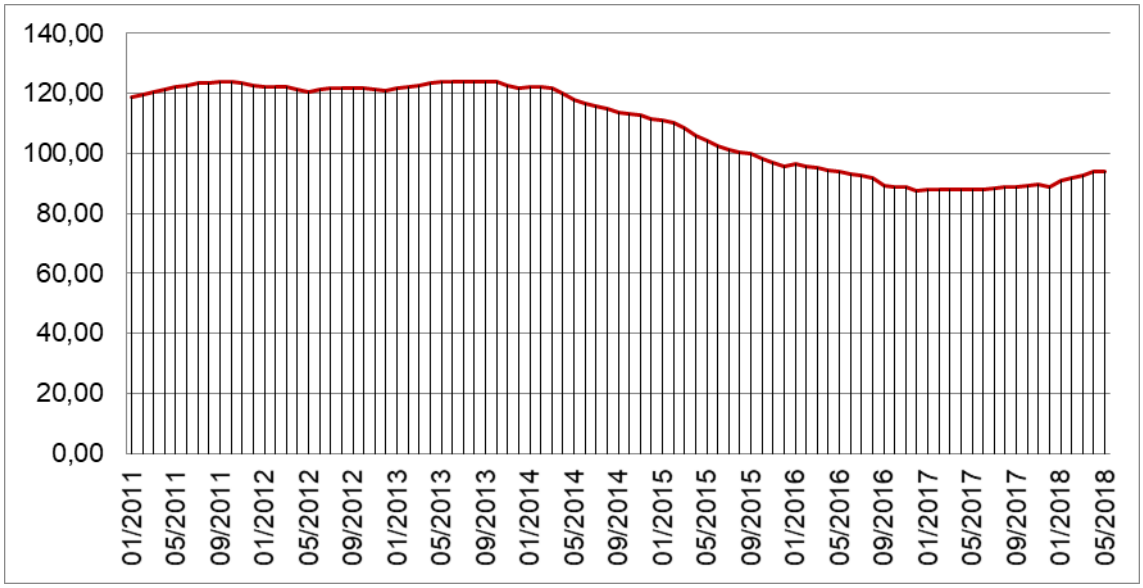
Esta linha de raciocínio deve ser associada à leitura da situação dos empregos formais em setores da Indústria que aqui se considera como polo dinâmico da economia brasileira, isto é, as atividades produtivas de bens de produção e bens de consumo duráveis. A este respeito, nesses dois setores, depois de janeiro/14, iniciou-se um processo de redução dos empregos formais, tudo isso combinado com a elevação da produção física.

Gráfico 7. Índice de empregos no setor de máquinas e equipamentos (CNAE 28, base fixa)



Fonte: CNI (2018)

Gráfico 8. Índice de empregos no setor de veículos automotores, reboques e carrocerias (CNAE 29, base fixa)

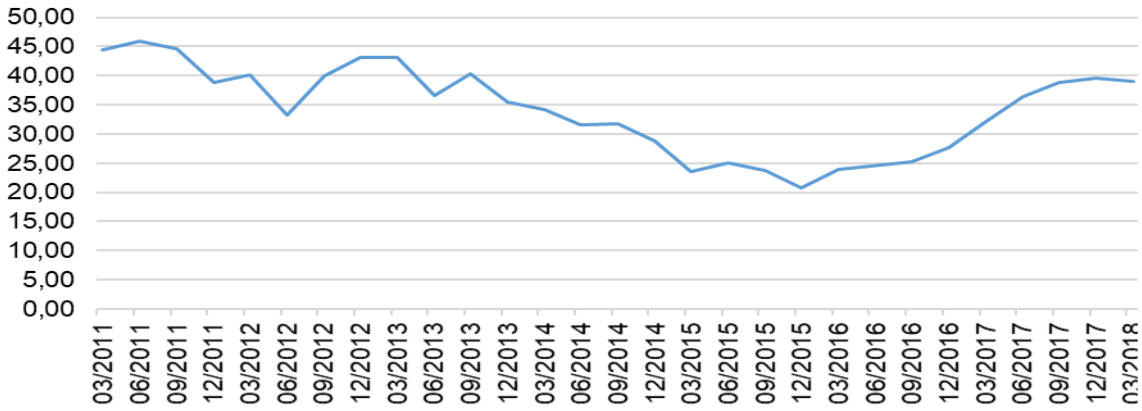


Fonte: CNI (2018)

Viu-se anteriormente que houve uma recuperação da produção física na Indústria de bens de produção e bens de consumo duráveis, no período inicial de 2017 até o mês de abril de 2018. À primeira vista, tendo por base os dados evidenciados nos gráficos indicados, esse processo deu-se por meio do aumento do que se pode caracterizar como elevação da produtividade do trabalho, via o mecanismo de redução dos empregos e dos gastos com salários. Foi esta solução que possibilitou a elevação dos lucros, o que, por sua vez, deu impulsos às decisões de aumento da produção física.

Para realçar a ideia de aumento nos lucros dos setores da Indústria, o gráfico 9 corrobora a elevação do nível de satisfação com a margem de lucro operacional do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias, a partir do final de 2016, momento no qual se manifestou fortemente a combinação de aumento da produção física com redução dos empregos formais.

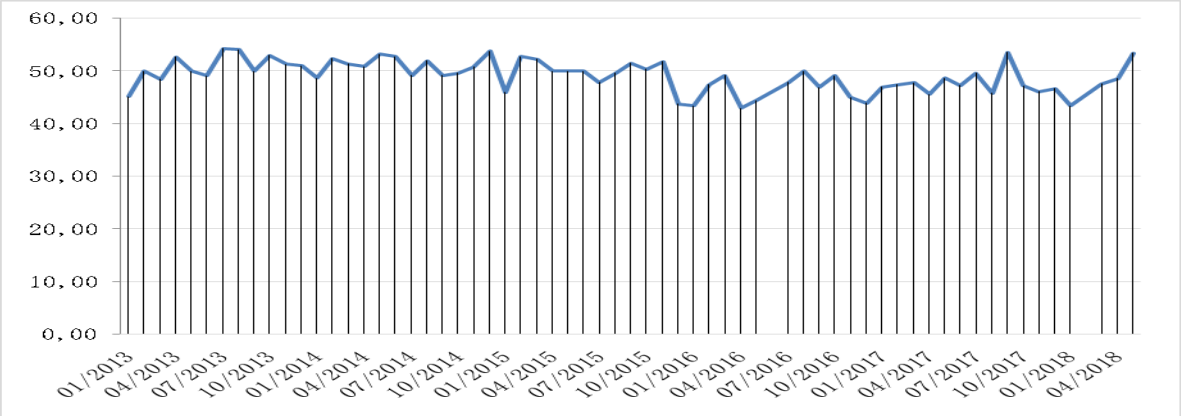
Gráfico 9. Índice de satisfação com a margem de lucro operacional do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias (CNAE 29, base fixa)



Fonte: CNI (2018)

Contudo, o seguinte gráfico ajuda a pensar sobre a dinâmica dessas atividades produtivas. Nesta linha raciocínio, convém observar que o período recente está marcado pela elevação do estoque de produtos finais do complexo automotivo.

Gráfico 10. Índice da evolução dos estoques de produtos finais do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias (CNAE 29, base fixa)



Fonte: CNI (2018)

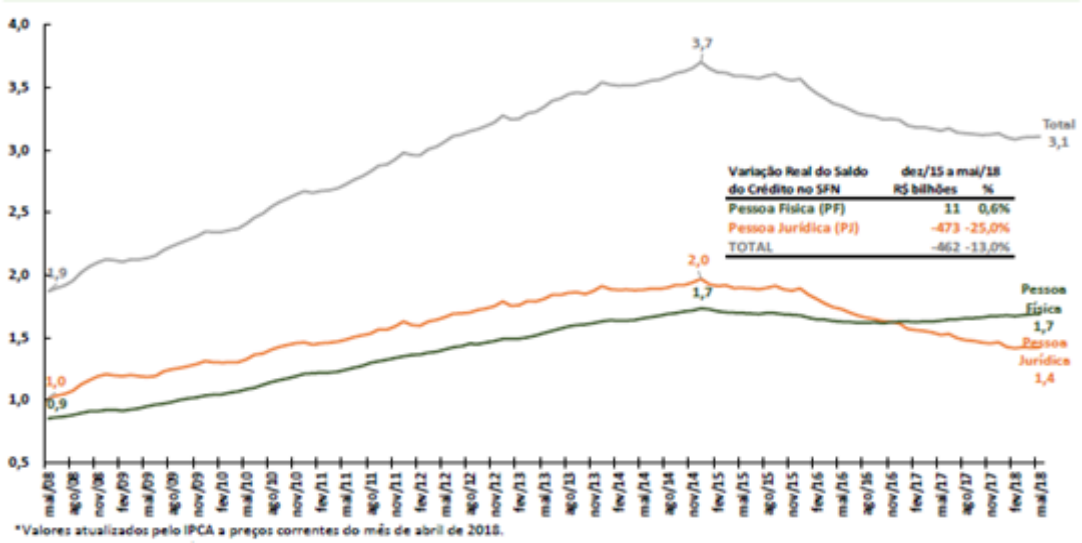
Em síntese, os setores de bens de produção e bens de consumo durável, no último período, recuperaram a produção física e a lucratividade, por meio da combinação do aumento da produtividade do trabalho acima dos aumentos reais de salários, o que, diga-se de passagem, é uma solução estratégica já verificada em diversos momentos históricos. Porém, como se vê, tal nível de crescimento da produção física, por ora, não se combina com a expansão do poder aquisitivo via expansão dos empregos formais e elevação de salários; ademais, está enfrentando dificuldades de consumo e aumento dos estoques de produtos finais. Resta-se avaliar as combinações com os elementos da demanda agregada.

1.2 Crédito e consumo das famílias

No Brasil, desde as últimas décadas, o processo do consumo das famílias está muito financeirizado, em outras palavras, grosso modo, movido pelo crédito com preços de juros muito altos, que, na maioria das vezes, resulta em endividamento familiar. Desse modo, posiciona-se aqui com a tese de que o processo decisório do consumo das famílias, atualmente, guarda relações muito fortes com o posicionamento do sistema financeiro, via expansão do crédito.

O próximo gráfico expõe o saldo real de crédito destinado à pessoa física, no período de 2008 a 2018. Nota-se que houve um refluxo a partir de 2014 e, nos últimos anos, uma pequena elevação do crédito à pessoa física.

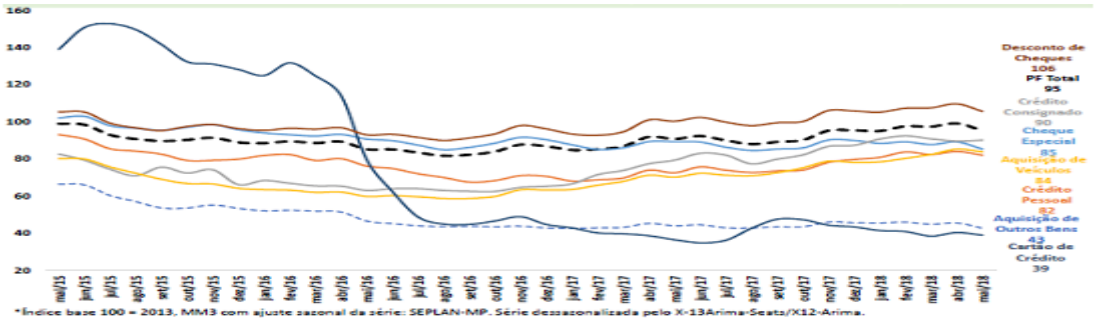
Gráfico 11. Saldo real de crédito (R$ trilhões)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O detalhamento desta modalidade de crédito evidencia que houve incremento dos contratos de crédito para a aquisição de veículos e outros bens de consumo duráveis. Convém destacar a trajetória da linha amarela, no gráfico 12, o que, por sua vez, mostra crescimento da oferta de crédito direcionada à compra de autoveículos. À primeira vista, tal nível de crescimento ajuda a compreender as decisões de elevação da produção física nos setores da indústria, em pauta neste trabalho, inclusive no posicionamento do consumo das famílias, em especial, no contexto do primeiro trimestre de 2018.

Gráfico 12. Crédito livre PF–Média diária novas concessões reais (Índice de base 100)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

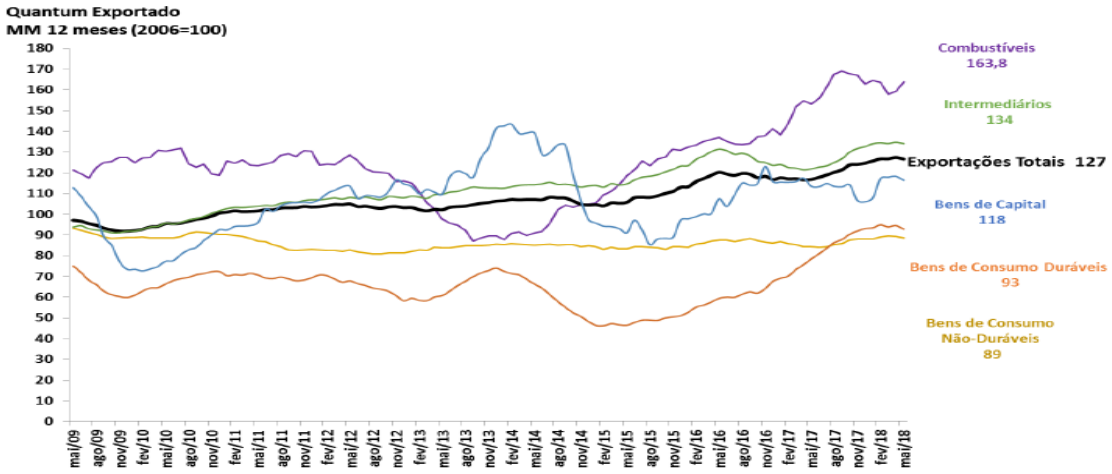
Contudo, neste estudo, posiciona-se com ideia de que tal expansão do crédito guarda relações com a elevação do *spread* bancário derivado da baixa da inflação combinada com as altíssimas taxas de juros praticadas pelos bancos. Nesse sentido, a ampliação do crédito não está relacionada com um crescimento consistente da produção nacional, particularmente em seu polo dinâmico.

Em síntese, diz-se que não há uma tendência de forte recuperação do crédito, a ponto de sustentar um ciclo de recuperação dos gastos das famílias e, por conseguinte, da Indústria de bens de consumo duráveis, tampouco dos demais setores das atividades de meios de consumo, no curto prazo. Isso porque que a oferta de crédito não é acompanhada por crescimento qualitativo da produção, os bancos estão levando em conta o risco sistêmico, o nível de desemprego é cada vez mais alto, condicionando o poder aquisitivo deste mercado consumidor, e as taxas de juros internacionais estão subindo, o que, por sua vez, levará a mais política restritiva, entre outras causas.

1.3 Exportações

No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, ocorreu um pequeno aumento do volume e dos preços das exportações. Tal condição é derivada das vendas do Agronegócio e da Indústria de meios de consumo duráveis. No que toca ao comércio exterior de autoveículos, é bem verdade que houve uma ligeira recuperação das exportações destinadas à Argentina, em especial, no final de 2017 e início de 2018.

Gráfico 13 – Quantum exportado total por categorias econômicas



Fonte: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Contudo, em função dos novos acontecimentos ligados à economia política internacional, tal fluxo de comércio de bens de consumo duráveis já se retraiu no segundo trimestre deste ano e assume-se aqui a ideia de que não se manterá no próximo período.

Além disso, o comércio exterior de veículos não é muito forte, girando em torno de 25% da sua produção, em melhores etapas dos ciclos econômicos; o restante da produção de autoveículos é destinado ao mercado interno.

Convém dizer que tal força no comércio exterior também não é verificada no setor de meios de consumo duráveis que reúne as atividades de eletroeletrônicos. Este setor sempre foi muito deficitário e, no período recente, segue deficitário com os países asiáticos, em especial, a China.

A situação econômica mundial, marcada por declínio do crescimento econômico dos países centrais e dos Brics, não permite um prognóstico tão bom ao processo de internacionalização comercial dos setores produtivos do Brasil.

Enfim, o processo decisório das exportações está pautado por muitas instabilidades na geopolítica e economia mundial. Tudo isso também está levando a novos posicionamentos dos Estados Unidos no que diz respeito à liquidez internacional baseada no dólar. Nota-se uma mudança nos rumos da sua política monetária, o que, por sua vez, constrói uma série de dificuldades à dinâmica macroeconômica de países como o Brasil, na medida em que influencia os preços do crédito, do câmbio, do consumo em longo prazo, entre outros fatores.

Por conta de inúmeros fatores contraditórios, alguns deles sobreditos, bem como de outros aqui não mencionados, julga-se que não se pode apostar em um prognóstico de recuperação das vendas externas e de efeitos multiplicadores favoráveis ao crescimento econômico do país.

1.4 Investimentos

Este estudo não admite uma recuperação da taxa de investimento (público e privado) no país, mesmo sob a situação de aumento da produção física vista em setores da Indústria do polo dinâmico, nem por conta da ligeira recuperação dos investimentos no primeiro trimestre de 2018.

No Brasil, o processo histórico do desenvolvimento industrial não possibilitou a constituição de conexões amplas entre as principais cadeias produtivas, em pauta neste trabalho, e o setor de bens de capital. Vê-se, sim,

uma aliança dessas cadeias produtivas com a capacidade produtiva dos países centrais e a divisão internacional do trabalho. Um exemplo disso, na atualidade, é o papel que desempenha a China na produção e no comércio internacional de máquinas e equipamentos.

Assim, mesmo nos ciclos de crescimento da economia brasileira, como foi o caso de alguns anos da década de 2000, a resultante foi o aumento do coeficiente de importações dos setores de meios de consumo duráveis.

A retomada dos investimentos privados dos setores do polo dinâmico da economia brasileira depende da combinação com outros fatores das demais atividades produtivas do país. Tal combinação envolveria elementos como: 1) um posicionamento dos bancos privados e públicos em favor da expansão creditícia destinada às famílias e às empresas, 2) o crescimento das exportações, a ponto de criar fortes efeitos multiplicadores nos setores produtivos, 3) a situação de aumento dos investimentos públicos etc. A combinação desses elementos, como se procurou indicar, é pouco provável tendo em vista o déficit público atual, a desaceleração das economias ditas emergentes e o temor do setor bancário de um colapso financeiro.

1.5 Gastos Públicos

As decisões estratégicas das finanças públicas estão dominadas pela "Financeirização". Em linhas gerais, desde as últimas décadas, viu-se um processo de financiamento do Setor Público, por meio de emissão de títulos, pagando juros altos, muito acima da média mundial, o que, por sua vez, consolidou uma dívida pública interna que já ultrapassa a casa de trilhões de reais. Esta é a condição estrutural que influi na dinâmica dos gastos públicos.

O Estado brasileiro apresenta déficit primário, desde 2015. Esse cenário eleva a possibilidade de cortes expressivos nos gastos públicos,

impactando negativamente a demanda de consumo nos mais diversos setores produtivos que abastecem o mercado interno. Os investimentos públicos atingiram níveis que sequer podem corrigir distorções da estrutura física do Estado. Tudo isso somado à recente queda no crescimento econômico e seus efeitos na arrecadação fiscal.

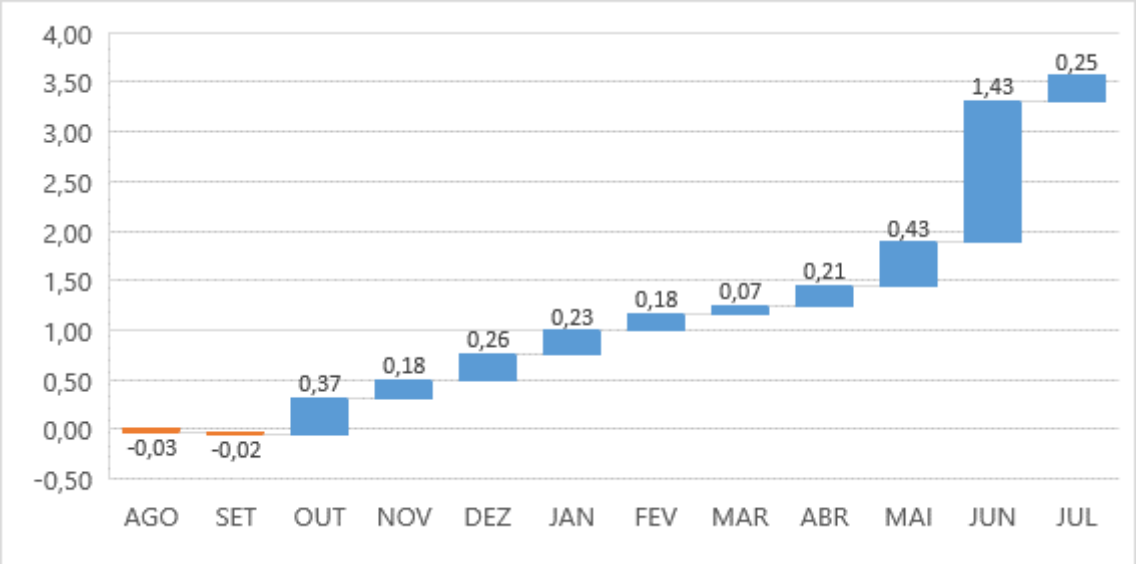
Portanto, no atual quadro da economia política brasileira, crê-se que não haverá recuperação dos gastos públicos e seus efeitos multiplicadores sobre a dinâmica econômica.

2. Inflação

O sistema de preços no país segue muito influenciado pelos fatores contraditórios de domínio dos grandes grupos econômicos sobre as distintas atividades produtivas, mais os elementos da crise econômica que, neste caso, se expressa no baixo crescimento do PIB, desemprego alto, queda dos salários reais. Tudo isso pressiona o sistema de preços para baixo.

O próximo gráfico evidencia a trajetória do INPC, nos últimos 12 meses. No período recente, a subida de preços de alguns gêneros de produtos impactou os índices de preços, contudo, dados os fatores limitantes do posicionamento dos grandes grupos econômicos e a atual crise que vive o país, crê-se em uma dinâmica de inflação baixa para o próximo período.

Gráfico 14. Inflação – INPC Mensal



Fonte: IBGE (2018)

Referências:

CNI. Confederação Nacional da Indústria. Disponível em: http://www.portaldaindustria.com.br/cni/. Acesso em: 13/07/2018.

DATA VIVA. Oportunidades econômicas. Disponível em: http://www.dataviva.info. Acesso em: 20/05/2018.

IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 20/07/2018.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/publicacoes/estudos-economicos. Acesso em: 06/05/2018.

SEADE. Perfil dos municípios paulistas. Disponível em: http://www.perfil.seade.gov.br. Acesso em: 14/04/2018.